

## **Legislação**

- Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro - transportes escolares;
- Decreto-Lei 399/84 de 28 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – acção social escolar
- Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88 . princípios gerais da planificação da Rede Escolar;
- Decreto-Lei n.º 108/88, de 31 de Março – regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-os na Rede Escolar;
- Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar;
- Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho – regime jurídico do desenvolvimento da Educação Pré-Escolar;
- Despacho Conjunto n.º 258/97, de 21 de Agosto – critérios aplicáveis à caracterização de equipamentos;
- Despacho Conjunto n.º 268/97, de 25 de Agosto – critérios gerais de programação;
- Decreto-Lei n.º 291/97, de 4 de Setembro – Regime atribuição de financiamentos;
- Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Setembro – denominação de estabelecimentos de educação e ensino não superior;
- Despacho Conjunto n.º 15/SEAF/SEEI/97, de 18 de Abril – regras para extinção do ensino mediatizado;
- Despacho Normativo n.º 27/97, de 2 de Junho – participação das escolas no reordenamento da rede educativa;
- Despacho Conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho – regime de prestação de serviços de apoio educativo;
- Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro – regime de criação, organização e funcionamento de escolas profissionais;
- Decreto-Lei n.º 98-A/98 de 7 de Abril – cria linha de crédito para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamentos de educação pré-escolar;

- Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio – aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto – lei das finanças locais;
- Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro – estabelece o quadro de transferências das atribuições e competências das autarquias locais;
- Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro – estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- Decreto-Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto – define as condições necessárias à constituição de agrupamentos de escolas;
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – regulamento os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa.